



1 ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO CMAS, REALIZADO EM 04/08/2016

2 Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Gabinete  
3 da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SDSDH – localizada à sede  
4 da Prefeitura do Recife – sexto andar, às catorze horas e doze minutos, em segunda  
5 convocação, teve início a Reunião Plenária Ordinária do CMAS, sob a coordenação da  
6 Presidente Maria de Lourdes de Sousa (Lourdinha), com a seguinte pauta: **1. Leitura e**  
7 **aprovação da ata da reunião plenária do dia vinte e oito de junho do ano em curso; 2.**  
8 **Devolutiva da participação na Reunião Regional do CNAS com os CEAS – Região**  
9 **Nordeste em Teresina/PI; 3. Apresentação das demandas das Comissões/GT: Comissão**  
10 **de Normas e Fiscalização; Comissão de Orçamento e Finanças; Comissão de**  
11 **Articulação e Política; Grupo de monitoramento do planejamento do CMAS; 4. Informes**  
12 **gerais.** Estiveram presentes os/as seguintes Conselheiros/as: Maria de Lourdes de Sousa –  
13 Casa Menina Mulher – CMM; Ana Maria de Farias Lira – SDSDH; Jara Pereira Lins –  
14 Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano; Betânia de Souza Fernandes – Secretaria de  
15 Governo e Participação Social; Maria das Dores de Oliveira Montenegro – Secretaria da  
16 Mulher; Amanda Cavalcanti Belo – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional  
17 – CREFITO; Itamar Sousa de Lima Júnior – Conselho Regional de Psicologia – CRP; Telma  
18 Muniz Soares Barbosa – Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE;  
19 Lucineide Vaz de Carvalho Amorim – Associação Beneficente dos Cegos do Recife –  
20 ASSOBECECER; Gimilson Marques da Silva – Conselho Regional de Administração de  
21 Pernambuco – CRAPE; Rejane Maria Pereira da Silva – Grupo de Mulheres Cidadania  
22 Feminina; Maria Thereza Almeida Antunes – Associação e Pais e Amigos de Pessoas com  
23 Síndrome de Down – ASPAD; Andréa Silveira Mascarenhas – Associação de Pais, Amigos e  
24 Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – APABB;  
25 Roberto José da Silva – Associação Pernambucana de Cegos do Recife – APEC; Maria do  
26 Livramento de Aguiar – Instituto dom Hélder Câmara – Casa Frei Francisco; Elisabete Ferreira  
27 de Almeida Duarte – Instituto de Caridade Lar Paulo de Tarso; Rosangela Maia de Andrade –  
28 Instituto de Pesquisa e Estudos da Terceira Idade – IPETI; Kadja Camilo Pacheco – Casa  
29 Rosa – Associação de Assistência às Mulheres com Câncer de Mama de Pernambuco;  
30 Josenilda Maria da Silva – Representantes dos Usuários; Elizabeth Maria de Oliveira e Silva  
31 – Centro Educacional, Social e Cultural – CESC Coqueiral; Maria do Carmo Martins de  
32 Santana – Representantes dos usuários, conforme frequência anexa. A Presidente Maria de  
33 Lourdes de Sousa (Lourdinha) iniciou a reunião saudando a todos/as e apresentou a pauta a  
34 ser seguida, dando oportunidade para inclusão de mais algum ponto. Não havendo, passou-  
35 se ao primeiro ponto que é: 1. Leitura e aprovação da ata do Pleno ocorrido no dia vinte e oito  
36 de junho. Como de costume a ata foi enviada antecipadamente a todos/as para apreciação e  
37 possíveis alterações. Apenas a Conselheira Elisabete Duarte sugeriu correções e não  
38 havendo outras observações a ata foi aprovada por unanimidade. A Vice-presidente, Ana  
39 Farias, interveio pontuando que as atas têm se tornado muito extensas e nesse sentido



40 propôs que haja um empenho no sentido de torná-las mais concisas e objetivas, registrando  
41 apenas os pontos mais importantes, as principais deliberações e afirmou que o importante é  
42 não perder a essência da ata. A Presidente Lourdinha contrapôs afirmando que há  
43 deliberações e posicionamentos importantes de serem registradas e que atas muito  
44 resumidas podem não registrar tudo, e isso pode se transforma em um problema futuramente,  
45 porque a ata é um documento do Conselho. A Conselheira Rejane Pereira também fez uso da  
46 palavra afirmando que há atas bastante resumidas, que acabam não registrando nada e há as  
47 tradicionais, que detalham tudo. E que esta última é bastante interessante. Não vê nenhum  
48 problema em ser extensa, mas é importante as falas serem registradas para que as pessoas  
49 participantes se reconheçam, mas concordou com a Conselheira Ana Farias que o importante  
50 é não perder a essência. Após discussões chegou-se ao acordo do meio termo, ou seja, que  
51 a ata seja menos extensa, desde que, como foi dito, não se perca a essência. Ato contínuo,  
52 passou-se ao segundo ponto de pauta: 2. Devolutiva da participação na Reunião Regional do  
53 CNAS com os CEAS – Região Nordeste em Teresina/PI; apresentada por Lourdinha e pela  
54 Secretária Executiva Silvia Marroquim, as quais, juntamente com a Secretária da SDDSH,  
55 Ana Rita, representaram o CMAS na Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência  
56 Social (CNAS) com os Conselhos Estaduais de Assistência Social da Região Nordeste,  
57 ocorrido na cidade de Teresina/PI. Lourdinha informou que o CMAS recebeu um convite do  
58 CNAS convidando os Conselhos Estaduais de Assistência e também os Conselhos  
59 municipais, sendo, duas representações (um/uma representante da sociedade civil e um/uma  
60 representante governamental, além das Secretarias Executivas. O encontro aconteceu na  
61 cidade de Teresina/PI, nos dias vinte e seis e vinte e sete de julho do ano em curso.  
62 Esclareceu que, a princípio, Ana Farias iria participar, juntamente com ela e a Secretária  
63 Executiva, mas devido a impedimentos pessoais – enfermidade de sua mãe - a Conselheira  
64 Suplente Ana Rita Suassuna, assumiu sua representação do CMAS neste encontro.  
65 Continuando, informou que o CNAS está em sua nova composição e falou dos principais  
66 pontos de pauta do encontro, dentre eles, a construção dos Planos de Trabalho dos  
67 Conselhos de Assistência Social, orientados pelo Plano Decenal da Assistência Social.  
68 Informou que o CEAS da Paraíba efetuou a inscrição para este evento, mas não houve  
69 representação deste estado. Falou dos relatos dos integrantes dos CNAS, sobre as  
70 dificuldades enfrentadas no que diz respeito a recursos humanos, estrutura física e política. A  
71 Secretária Executiva complementou fazendo alusão ao ponto de pauta referente à  
72 apresentação dos diagnósticos regionalizados de acordo com o Censo SUAS/2015 dos  
73 Conselhos estaduais, apresentado pela Conselheira do CNAS Solange Teixeira. Afirmou que  
74 a apresentação foi bastante rápida, não dando para ter uma visão geral, ou seja, um retrato  
75 dos conselhos. Durante as apresentações, alguns Conselhos se manifestaram afirmando que a  
76 situação havia mudado em relação a vários pontos das informações. Informou que a  
77 Conselheira Solange lembrou que as informações do Censo são referentes ao ano de 2015. A  
78 Conselheira Ana Farias perguntou sobre o trabalho apresentado pelo CEAS-PE. Lourdinha  
79 informou que o CNAS distribuiu um instrumental para os Conselhos estaduais para que fosse



80 elaborado o plano de trabalho. O CEAS-PE apresentou duas ações: a primeira, de  
81 capacitação e de formação, com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente do  
82 SUAS, através do Capacita SUAS, para as 12 regiões de desenvolvimento e outra ação  
83 referente a investimento na comunicação do Conselho com o fim de contratar um profissional  
84 de comunicação para alimentar o site, entre outros. Lourdinha finalizou afirmando que foi um  
85 momento rico, pois cada Conselho teve a oportunidade de relatar como está a situação da  
86 assistência dentro dos seus estados, principalmente com o momento que estamos vivendo de  
87 desconstrução da assistência social. Informou que não ficaram até o final do segundo dia,  
88 visto que a pauta era específica para o CEAS local. Rejane Pereira falou que vários conselhos  
89 estão fazendo nota pública em relação à situação atual do país no que diz respeito à  
90 seguridade social. Sugeriu que o CMAS fizesse também sua nota pública e publicizasse.  
91 Lourdinha falou que houve essa discussão para que os Conselhos ficassem vigilantes nesta  
92 questão de instabilidade, que os conselhos se manifestem, estejam atentos, se pronunciem.  
93 Ana Farias informou que existe um movimento chamado Frente Nacional em defesa do  
94 SUAS, que está atuando fortemente em Brasília, articulado com o Brasil inteiro, e, em todos  
95 os Estados foram criadas comissões, para reagir a esta situação. Porque, disse Ana Farias,  
96 estamos prestes a haver o retrocesso na política da assistência. Após discussões, a  
97 Presidente Lourdinha se posicionou a favor do CMAS/Recife elaborar, juntamente com alguns  
98 Conselheiros/as, uma nota pública demonstrando a preocupação da iminência do desmonte  
99 da Assistência Social. Continuando sugeriu que esse documento seja enviado ao CNAS com  
100 cópia para o Ministério Público. A Conselheira Ana Farias complementou fazendo a leitura de  
101 um texto sobre a “Defesa da Assistência Social e da Seguridade Social” escrito por Ieda  
102 Castro, ex-Secretária Nacional de Assistência Social (SNAS). Houve discussões e  
103 posicionamentos favoráveis ao texto lido. Dando continuidade, a Secretária Silvia finalizou a  
104 apresentação juntamente com Lourdinha, destacando a beleza das apresentações culturais,  
105 destacando a banda musical regional, que homenageou todos os estados nordestinos e a  
106 apresentação do hino do estado do Piauí, valorizando a cultura popular. Dada a oportunidade  
107 para alguma pergunta, não havendo, passou-se ao terceiro ponto de pauta que é: 3.  
108 Apresentação das demandas das Comissões/GT: Comissão de Normas e Fiscalização;  
109 Comissão de Orçamento e Finanças; Comissão de Articulação e Política; Grupo de  
110 monitoramento do planejamento do CMAS; Começando pela Comissão de Normas, a mesma  
111 foi apresentada por Lourdinha, que trouxe em primeiro lugar as demandas de entidades para  
112 inscrição no CMAS. Em primeiro lugar foi apresentada a entidade Associação de Famílias  
113 para o Bem-estar e Tratamento das Pessoas com Autismo – AFETO, a qual trabalha com  
114 pessoas com Autismo. A visita foi realizada pelas Assistentes sociais Flávia e Elza, as quais  
115 deram parecer favorável para inscrição, assim como as conselheiras presentes na reunião da  
116 comissão recomendaram ao Pleno a aprovação da inscrição do Projeto Social, conforme  
117 apresentado mediante orientação da equipe técnica. Posto em votação, a inscrição do  
118 Projeto Social desenvolvido pela AFETO foi aprovada por unanimidade. Foi referido o pedido  
119 de inscrição da entidade Saber Viver, porém, com a ressalva de que ainda não está sendo



120 recomendada a inscrição em vista de ainda existirem pendências. A Conselheira Rejane  
121 Pereira interveio para esclarecer que acompanhou a Assistente Social Flávia na segunda  
122 visita, e que, analisando os pedidos feitos em termos de documentação, verificou que já foram  
123 entregues. Quanto à demanda para entender o funcionamento do Hostel, listado como uma  
124 das atividades desenvolvidas pela entidade, ficou esclarecido que não é pago pelo/a  
125 usuário/a. Por fim, a conselheira destacou que a entidade é um movimento reconhecidamente  
126 atuante, que existe há cerca de trinta anos, com inserção importante na comunidade, e, do  
127 seu ponto de vista, de acordo com o que observou na visita, o trabalho socioassistencial  
128 existe, de modo que não vê razão para que seja negada esta inscrição. A Conselheira Rejane  
129 Pereira complementou que havia ficado acertado que, sendo atendidas às exigências,  
130 inclusive com a ida de uma conselheira em uma nova visita, seria apresentado e aprovado ou  
131 rejeitado no Pleno. Lourdinha explicou que teve de Flávia um retorno de que ainda havia  
132 pendências das recomendações da Comissão de Normas, de modo que propõe que seja  
133 remetida ainda esta discussão para a próxima reunião desta Comissão e complementou que  
134 foi pedida a relação nominal de usuários/as, porque foi informado o número de quinhentos e  
135 quarenta e seis usuários. Nesse sentido Silvia complementou que outra dúvida da Comissão  
136 de Normas residia no fato de que todos/as os/as profissionais eram voluntários/as. A  
137 Conselheira Rejane Pereira retomou a palavra acentuando que está achando estranho  
138 porque, o que ficou acertado na reunião da Comissão foi a ida da técnica com a conselheira,  
139 a apresentação da defesa no Pleno para tomada de decisão, e agora, a mesma registra que  
140 foram atendidas às exigências, que foi a própria conselheira quem atestou a veracidade de  
141 tudo o que foi apresentado pela entidade. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) interveio  
142 para explicar que a Comissão avaliou a proporção equipe/usuário/a, em vista de ter sido  
143 apresentado o número de quinhentos e quarenta e seis usuários, e como uma Assistente  
144 Social voluntária, que vai uma vez por semana à entidade, dá conta de atender esse número  
145 de usuários/as e suas famílias. Por outro lado, ressalta, se o número de usuários/as não está  
146 superdimensionado, pela possibilidade de um/a mesmo/a usuário/a estar inserido/a em mais  
147 de uma atividade e ser feito o cálculo por participantes nas atividades. A conselheira finalizou  
148 dizendo que não se acha em condições de aprovar sem ter a resposta destas indagações, de  
149 modo que deseja que retorne para a Comissão. Após discussão, foi mantida a orientação  
150 para retornar a discussão do caso à Comissão de Normas. A Presidente Lourdinha trouxe  
151 ainda apenas como informe, o pedido do Centro Educacional Imaculada Conceição – CEIC, a  
152 qual na visita realizada pela Assistente Social Flávia não foi visualizada atividade, de modo  
153 que foram feitas exigências para comprovação do serviço, e será também retomada a análise  
154 documental na Comissão de Normas. Silvia complementou que o parecer técnico foi  
155 desfavorável à inscrição, porque constatou-se que não há atividades, mas será dada uma  
156 nova chance. Silvia ainda informou a visita de monitoramento feita por Flávia à Casa de  
157 Passagem, para validação da inscrição por mais um ano, e foi observado que a entidade se  
158 encontra funcionando dentro do estabelecido pela Resolução 14/2014. O Conselheiro Itamar  
159 Sousa de Lima Júnior fez uso da palavra com o questionamento, apenas para ter um



160 entendimento, segundo o mesmo, entre setenta a oitenta por cento das entidades, a maioria  
161 dos seus técnicos são voluntários. Sílvia complementou que, fez uma consulta a uma  
162 Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo- COMAS, que esteve  
163 aqui, a respeito de como é procedido no Conselho que a mesma representa, foi explicado que  
164 existe abertura nesse sentido, desde que o/a técnico/a voluntário/a apresente um plano de  
165 trabalho na instituição. Ana Farias ainda complementou que existe uma Lei regulando essa  
166 prática. Ato contínuo, passou-se imediatamente à apresentação das demandas da Comissão  
167 de Articulação e Finanças, cuja Coordenadora é a Conselheira Elizabete Duarte, a qual fez o  
168 relato da última reunião dessa comissão, que entre outras decisões, definiu a agenda dos  
169 próximos encontros até o final do ano de dois mil e dezesseis. Também foi retomado o Plano  
170 Operativo, focando nas ações previstas para serem executadas pela comissão. Lourdinha  
171 complementou que ficou também definido para o dia nove de agosto uma reunião  
172 extraordinária com a participação do Consultor Marcos Nascimento, para que o mesmo faça  
173 uma formação mais direcionada para a Comissão de Orçamento e Finanças, já que na  
174 capacitação houve uma formação mais geral, e esta é uma tentativa de qualificar a atuação  
175 da Comissão. Mas, continuando, informou que os/as Conselheiros/as , que não fazem parte  
176 desta Comissão, poderão participar, caso demonstre interesse. Lourdinha também fez  
177 menção ao Plano Plurianual –PPA que será revisto em agosto, e pediu para que Sílvia,  
178 Secretária Executiva, faça o acompanhamento dessa agenda para que estejam presentes  
179 representantes do CMAS, pois esta é uma das atribuições do Conselho. Finalizou explicando  
180 que a coordenadora da comissão já enviou a ata da referida reunião e a agenda será  
181 encaminhada para todos/as os/as componentes da comissão. A próxima Comissão é a de  
182 Articulação Política a qual é coordenada por Ana Farias, a qual fez o relato da reunião que  
183 aconteceu hoje, na qual foi fechada uma pauta até dezembro do ano em curso, articulada  
184 com a Comissão de Normas, tendo em vista que a maioria das componentes estão nas duas  
185 comissões. Desse modo, continuou, ficou acertada uma mesma data para ambas as  
186 comissões, ocorrendo primeiro a reunião da Comissão Articulação Política e em seguida a  
187 Comissão de Normas. A agenda também será socializada para que todos/as possam se  
188 organizar, ocorrerá sempre pela manhã, e na terceira terça-feira do mês. Ana Farias destacou  
189 que foram agendadas as reuniões sempre para as oito e meia da manhã, de modo que seja  
190 possível acontecer as duas comissões. A Conselheira Rosângela Maia pontuou a sua  
191 dificuldade, e da Conselheira Maria Thereza Antunes, para comparecer às reuniões que  
192 ocorram pela manhã, de modo que foi pedido para que as mesmas enviem com brevidade  
193 sua disponibilidade de agenda, para se tentar conciliar e garantir a participação das mesmas.  
194 Lourdinha passou aos Grupo de Monitoramento do Plano Operativo do CMAS. Reiterou a  
195 importância de que haja esse acompanhamento das ações de cada comissão, conforme  
196 previsto no Plano, e explicou que, faz mais uma vez esta reflexão para que, na próxima  
197 avaliação não se repita o mesmo percentual de dezessete por cento no cumprimento das  
198 ações previstas. A Conselheira Elizabete Duarte é quem estará à frente deste GT. A  
199 Conselheira Rejane Pereira fez uma intervenção para reiterar que há três meses vem



200 pedindo que seja feita uma agenda em turno alternado, em vista da sua impossibilidade de  
201 estar presente nas reuniões da Comissão de Normas, pela manhã. Inclusive, na reunião  
202 passada deixou de dar aula, o que a faz perder o dinheiro que receberia, para poder  
203 comparecer. Continuou fazendo a ressalva de que, se ela não pode comparecer, mas a  
204 maioria pode, que siga assim, mas pede a compreensão para que a comissão alterne o  
205 horário da reunião, ocorrendo em um mês pela manhã e no outro à tarde discussão. Dando  
206 continuidade, foi informado que, na reunião passada, ficou acertado que a próxima reunião  
207 da Comissão de Normas ocorrerá no dia dezesseis de agosto, no horário da tarde,  
208 começando às catorze horas e que irá acontecer no Grupo de Mulheres Cidadania  
209 Feminina, entidade que a Conselheira Rejane Pereira representa. Nesse sentido, a mesma  
210 conselheira pontuou ainda que considera importante esta iniciativa, pois oportuniza a que as  
211 pessoas se conheçam melhor, tendo o contato direto nas entidades representadas no CMAS.  
212 Ana Farias propôs que a cada reunião seja vista a possibilidade de atender o pleito da  
213 Conselheira Rejane Pereira, respeitando a disponibilidade de todos/as. Quanto ao transporte  
214 para o deslocamento até a entidade Cidadania Feminina, Silvia informou que foi  
215 providenciado um veículo tipo Van, que sairá às treze horas da PCR. A Presidente Lourdinha  
216 deu a oportunidade para que a Conselheira Elizabete Duarte expusesse o GT de  
217 Monitoramento. Elizabete fez um breve relato sobre esse grupo o qual foi constituído na  
218 reunião do Pleno ocorrido em vinte e seis de abril do ano em curso, com a proposta de  
219 monitorar as ações do Plano Operativo, e ser composto pelas coordenações das Comissões.  
220 Elizabete fez o trabalho de separar as ações, de acordo com a designação que se encontra  
221 no Plano, cada atividade prevista e a quem cabe efetivar e distribuiu com as comissões, a  
222 Secretaria Executiva e a equipe técnica, com a compreensão de que assim distribuídas as  
223 ações, é possível alcançar as metas. Apresentou também a agenda de encontros, começando  
224 pelo mês de agosto, que será o dia dezessete, às dez horas da manhã. Destacou a  
225 importância de cada coordenação verificar quais ações devem ser executadas e procurar  
226 fazer com que aconteça. Ainda relatou que a Comissão de Orçamento e Finanças já está  
227 executando o que está previsto fazer. Lourdinha complementou, destacando uma das ações  
228 previstas para a Comissão de Normas, que é a atualização da Lei que regulamenta o CMAS e  
229 o Regimento Interno, que também faz parte das ações a serem desenvolvidas pela Comissão  
230 de Articulação Política. Informou que para a citada atualização foi convidada a técnica  
231 Tatiana Pereira, para atuar como facilitadora, a quem será entregue o que já há construído  
232 pelo conselho para que a mesma apresente uma proposta à comissão, que trará ao Pleno.  
233 Silvia informou que já foram remetidas as cópias da Lei do CMAS e do Regimento Interno e  
234 também serão analisadas mais duas propostas para que seja feita a escolha mais  
235 conveniente para o conselho. A técnica escolhida fará uma minuta que será vista também  
236 pelo setor jurídico, antes de ser aprovada no Pleno. Após isto, a Minuta será enviada para a  
237 Gestora da Assistência, e esta, por sua vez, enviará à Câmara de Vereadores. Ana Farias  
238 explicou o procedimento correto que é, encaminhar para a Secretaria de Assuntos Jurídicos, o  
239 qual transforma a minuta em mensagem, e quem encaminha isto à Câmara é o Gabinete do



240 Prefeito, e o conselho acompanha todo o processo. Ainda sobre o GT de Monitoramento foi  
241 perguntado se será enviada por a agenda apresentada por Elizabete e confirmado que sim.  
242 Nada mais havendo sobre este item, passou-se ao último ponto de pauta que é: **4. Informes**  
243 **gerais.** Antes, porém, a Conselheira Maria do Carmo Martins indagou se pode solicitar uma  
244 visita de fiscalização ao CRAS da RPA IV (quatro), que é o CRAS do Torrões, bem como  
245 visita à todos os CRAS, pois , segundo a mesma, os usuários estão sofrendo com o  
246 descaso. Porque quando esta gestão iniciou, o tratamento era um, citou por exemplo que  
247 estava faltando técnico aí mandaram. Mas agora, depois de um certo período, as pessoas  
248 ficam espalhadas porque não tem nem lugar pra sentar, e outros problemas que enfrentam,  
249 principalmente na comunidade de Roda de Fogo. A Conselheira Rosangela Maia perguntou  
250 se esta situação acontecia em todos os CRAS. A Conselheira Maria do Carmo afirmou que  
251 todos os CRAS passam por isso..A Conselheira Maria do Carmo afirmou que sim. A  
252 Conselheira Ana Farias afirmou que o Conselho é o espaço para reclamações e que em  
253 casos como este existem duas instâncias: a Gerência Geral dos SUAS ou fazer a denúncia  
254 aqui, no CMAS, cobrando providências. A Gerente Geral do SUAS, Angêla Maria Oliveira  
255 Souza, interveio afirmando que esta declaração generalizando que todos os CRAS estão  
256 passando por esta situação de descaso é muito séria e que qualquer irregularidade deverá  
257 ser resolvida na Gerência Geral do Suas, que não foi procurada, os quais os CRAS estão  
258 ligados à esta gerência, para as providências cabíveis.Lembrou que o Conselho está ciente  
259 da seleção simplificada para ampliação da equipe e não justifica nenhum atendimento  
260 indevido, nenhum descaso com os usuários. A Conselheira Rosangela indagou a Conselheira  
261 Maria do Carmo se todos os CRAS estão passando pela mesma situação ou todos tem que  
262 ser visitados.A CpoApós esse registro passou-se aos informes, começando pela Conselheira  
263 Rejane, a qual destacou que estamos no mês das mulheres negras, e trouxe uma proposta  
264 para apresentação de um vídeo, produzido pelas mulheres negras, sobre a questão das  
265 mulheres negras, especialmente sobre a marcha, e, este vídeo está sendo apresentado em  
266 diversos locais, então a conselheira considera muito importante para a compreensão de como  
267 as mulheres negras estão em movimento e estão vivas, através deste vídeo que segundo a  
268 mesma, é rápido e trata sobre o lugar da mulher negra. Outro informe da mesma conselheira  
269 diz respeito aos dez anos da Lei Maria da Penha, avaliando que houveram algumas  
270 mudanças para o bem e outra mudanças para o mal. Chamando a atenção para a inclusão  
271 das Transexuais, pois anteriormente haviam sido contempladas as lésbicas e já tinha  
272 concebido as deficientes. Então, no próximo dia dez deste mês, várias pessoas estarão  
273 publicando um vídeo nas redes sociais defendendo os direitos humanos. E essa é a proposta,  
274 que cada pessoa grave uma mensagem e jogue nas redes sociais que é: “eu defendo os  
275 direitos humanos e defendo a Lei Maria da Penha”. Informou ainda que a Cidadania Feminina  
276 vai estar em quatro bairros, falando de um vídeo que é sobre Eloá, que é: Mulher escuta  
277 mulher. Este é mais um vídeo produzido pelas mulheres, tratando sobre a violência contra a  
278 mulher e, em alguma oportunidade também deseja apresentá-lo no Pleno. Esse vídeo ganhou  
279 vários prêmios, foi um vídeo financiado pelo Fundo Brasil, é curtinho, de quatro minutos. Será



280 passando em quatro bairros .Destacou também a sua participação, em um evento no SOS  
281 Corpo, que é um ponto de cultura, onde a mesma conselheira estará apresentando o tema: A  
282 saída do “Golpe”. O “golpe do golpe”. A conselheira opina que “sabemos que o momento é  
283 desfavorável, mas nós, da sociedade civil, vamos estar conversando sobre isso amanhã”,  
284 05/08, às 18:30h, num diálogo da sociedade civil. A conselheira ainda mencionou o  
285 Movimento ocupa Passarinho, o qual, segundo a mesma, tomou uma dimensão internacional,  
286 e no próximo sábado, 06/08, estão sendo chamados diversos movimentos para um novo  
287 “Ocupa Passarinho”. Por fim, relatou que será prestado um tributo a Luiza Bairros, no dia  
288 12/08, a partir das nove horas na Assembleia Legislativa. A Conselheira Ana Farias trouxe um  
289 informe a respeito do IASC, que já se encontra, nas dependências do sexto andar do Edifício  
290 sede da Prefeitura do Recife, toda a estrutura administrativa do IASC, a Alta Complexidade,  
291 sendo que a sala que a mesma está ocupando fica num espaço ao lado da sala da Secretária  
292 Ana Rita Suassuna, ressaltando que está à disposição de todos/as. Quanto à antiga sede do  
293 IASC, lá se encontra ainda, e por algum tempo, o almoxarifado e o transporte, mas a  
294 tendência é que também saiam de lá. Em seguida, muito emocionada, agradeceu a todas o  
295 apoio e solidariedade a ela dispensados recentemente em face do falecimento de sua mãe.  
296 O Conselheiro Osvaldo Alexandre Celestino de Amorim trouxe um informe sobre a mudança  
297 de endereço do Balcão de Direitos , um Programa da Secretaria de Direitos do  
298 Estado Governo do Estado, que passará a funcionar na Praça do Arsenal , no Bairro do Bom  
299 Jesus. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, Silvia Marroquim, Secretária  
300 Executiva do CMAS, redigi e digitei a presente ata, que, após lida e achada conforme, será  
301 aprovada pelo Pleno do CMAS.